

Apropriação da Mídia Radical contra-hegemônica nas reflexões do movimento sindical do sudeste paraense¹

Jax Nildo Aragão PINTO²

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Unifesspa, PA

Ingrid Gomes BASSI³

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Unifesspa, PA

Suelen de Aguiar SILVA⁴

Universidade Estácio de Sá, RJ

RESUMO

Pesquisa sobre o movimento sindical do sudeste do Pará (Amazônia Oriental), na cidade de Rondon do Pará. A investigação exploratória e analítica objetiva compreender como a teoria sobre a Mídia Radical de John Downing (2002) é apropriada involuntariamente no contexto de atuação do movimento sindical citado. Os procedimentos metodológicos utilizados foram a pesquisa bibliográfica e a entrevista semiaberta. Como resultado, foi desenvolvido o estudo inter-relacionando as práticas reivindicatórias de protesto e comunicação do movimento sindical com o aporte teórico, problematizando a crítica sociocultural das lideranças e ativistas, como interlocutores e fomentadores de direito civil, político e social. As iniciativas e procedimentos construídos coletivamente no movimento colaboraram com a perspectiva cidadã de transformação social no espaço de atuação do movimento, na cidade e região.

PALAVRAS-CHAVE: Mídia Radical; Movimento sindical; Rondon do Pará; Amazônia Oriental; Cidadania.

1. INTRODUÇÃO

A região do Sudeste Paraense, na Amazônia Oriental, somente começa a ser povoada e explorada por populações não-indígenas no apogeu do ciclo da borracha no

¹Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

²Doutorando em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública - ENSP/Fiocruz, mestre em Sociologia Geral pela Universidade Federal do Pará, Especialista em Populações Tradicionais da PAN Amazônia pelo Núcleo de Altos Estudos da Amazônia - NAEA/UFPA, Especialista em Gestão Estratégica de Políticas Públicas pela Unicamp, Aperfeiçoamento em Comunicação Social pela Universidade Urbaniana de Roma e graduado em Comunicação Social (Relações Públicas) pela Universidade da Amazônia. Email: jax@unifesspa.edu.br. Vice líder do Grupo de Pesquisa: Discursividade e Estudos das Comunicações Contemporâneas.

³Pós-doutora em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (Umesp). Especialista em Globalização e Cultura pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Professora do Magistério Superior na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICSA. Unifesspa. Rondon do Pará – PA. Contato: ingrid.bassi@unifesspa.edu.br. Líder do Grupo de Pesquisa: Discursividade e Estudos das Comunicações Contemporâneas e Membro do Núcleo de Estudos de Comunicação Comunitária e Cidadania - COMUNI e Vice coordenadora do Grupo AlterMídia - Estudos sobre Mídia e Alteridade.

⁴Doutora em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo, pesquisadora do Comuni - Núcleo de Estudos de Comunicação Comunitária e Local, integrante do Conselho Fiscal da ABPCom – Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular, Comunitária e Cidadã. Professora do curso de Comunicação da Universidade Estácio de Sá. Contato: susuaguiar@yahoo.com.br.

final do século XIX e início do século XX, principalmente nas confluências dos rios Tocantins e Itacaiúnas. Com o colapso da economia gomífera, há um investimento na exploração de castanha e diamante (VELHO, 1972; HÉBETTE, 2004).

As migrações que se multiplicaram desde o início do século XX via rios Tocantins, Araguaia, Itacaiúnas e Ararandeuá na direção do sudeste paraense eram espontâneas e sazonais, realizadas principalmente por nordestinos, comerciantes de regatões, marisqueiras, beiradeiros, ribeirinhos, trabalhadores de áreas de extrativismo (caucho e borracha), castanheiros, pescadores, em sua maioria constituída de negros e caboclos. Historiadores, missionários e poetas descreveram (HÉBETTE, 2004; SILVA, 2006; EMMI, 1987 e VELHO, 1972) que famílias inteiras saíam de canoas, à remo ou à vela, em longas jornadas por caminhos na floresta em busca de terras férteis e fartas. Ao se localizarem depois de longos anos de convívio, cuidado e solidariedade constituíam pequenos lugarejos, quilombos e vilas à beira dos rios, com total ausência do Estado.

Costa (2005) apud (VELHO, 1974; HÉBETTE, 2004; MARIN, 1979) aponta que a construção da rodovia Belém-Brasília (1960) possibilitou novos fluxos migratórios do sul do país via Goiás e Minas Gerais, que adentraram a Amazônia pelo sul do Pará e Rondônia. Concomitante a esse processo se intensificaram correntes migratórias do nordeste brasileiro que, pelo Maranhão, penetraram pelo nordeste e sudeste do Pará. “Tem-se, assim, nessa fase, o definitivo estabelecimento do momento amazônico do desenvolvimento da fronteira agrícola nacional”, conclui Costa (2005, p. 10).

Milhares de camponeses, pequenos comerciantes e madeireiros se instalaram às margens dos “picos”⁵ das estradas abertas, criando aglomerações que a seguir constituíram vilas funcionais e municípios (no final dos anos 80 do século XX), cujo modo de vida era precário e impunha sofrimento e degradação do humano. Os migrantes de origem camponesa que chegavam de todos os cantos e recantos, animados com a propaganda governamental – “terras sem homens, para homens sem terra” e com a notícia da colonização da região da Transamazônica (HÉBETTE, 2004; VELHO, 1972; PEREIRA, 2015).

⁵ São denominados *picos*, as primeiras aberturas na floresta para construção de uma estrada, cortando ou não antigos caminhos utilizados por famílias de migrantes. Geralmente é um processo que produz muito sofrimento e desafios impostos pela mata e seus mistérios. As famílias de migrantes camponeses que se instalaram às margens dos picos - no processo de abertura das estradas - viviam em condições precárias de moradia e dignidade, sendo acometidas por agravos decorrentes de animais peçonhentos e malária.

Neste sentido, a migração para o sudeste Paraense sofrerá mudanças substanciais a partir dos anos 1970/80/90 do século passado. Com a descoberta da potência mineral na Serra dos Carajás e Serra Pelada (então município de Marabá) e os interesses desenvolvimentistas, que superpõe *frente pioneira e frente de expansão*⁶, alterando de forma significativa a conformação do território, seus processos de sociabilidade e, portanto, do espaço usado. “Quando se dá a superposição da frente pioneira sobre a frente de expansão, surgem os conflitos pela terra” (MARTINS, 1991, p. 68).

A partir dos anos 1970 se acirra a luta pela terra, os posseiros e os sem terra que chegaram na região não possuíam uma estrutura organizacional sistemática para ocupação de terra, se movimentavam de forma espontânea impulsionados pelas carências sociais, condições de sofrimento e exclusão. Documentos da Comissão Pastoral da Terra (CPT) dão conta de que se tratava de homens que se juntavam em grupos, por vizinhança e parentesco para garantia da reprodução social de suas famílias, sem apoio imediato de nenhuma organização social e/ou eclesial, que geralmente chegavam depois das ações realizadas. Nesse período que se estende até meados dos anos de 1980, a luta pela posse da terra tinha pouca ou quase nenhuma organização camponesa.

Em meados dos anos 1980 os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (STRs) passam a ser dirigidos pelas lideranças dos trabalhadores rurais e estabelecem práticas organizativas e planejamento das ações no campo paraense. Esse processo ocorre com o apoio da Igreja Católica, por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e a CPT. Nesse período a expressão da luta vem no canto e na poesia: “aí sindicato, só vai para frente se começa lá do mato”⁷.

Portanto, como região periférica do estado paraense, mesmo sendo rica em território para a agricultura e vida amazônica – incluindo bioma e rios em abundância, seu espaço atual é centrado na economia agropecuária, monocultura da soja e exploração de minérios e derivados. Esse contexto econômico desdobra-se de forma a

⁶ Pereira (2015) refletindo sobre as análises de José de Souza Martins, o qual considera que a origem dos conflitos e da violência no sudeste paraense tem origem no processo de superposição da *frente pioneira* sobre a *frente de expansão*, como um movimento essencialmente empresarial e capitalista de ocupação do território – a grande fazenda, o banco, a casa de comércio, a ferrovia, o juiz, o cartório, o Estado, etc., (a *frente pioneira*) – passou a expulsar e expropriar os camponeses ocupantes de terras devolutas – os posseiros (a *frente de expansão*) – que viviam de uma economia de base familiar e sem nenhum documento que legitimasse a sua posse da terra. Cansados de migrar e de serem expulsos resolveram resistir. Aí estava, segundo ele, a origem dos conflitos pela terra.

⁷ Refrão do canto do presidente do STR de Cametá, conhecido como Chicão.

influenciar as relações sociais e humanas entre as comunidades circunscritas na região, afetando diretamente a maneira como essas localidades se representam em valores simbólicos. Tal modelo econômico baseado na grande propriedade rural produziu pobreza, conflitos e violência.

Pereira (2015) destaca que em fins da década de 1970 e início dos anos 1980, o sul e o sudeste do Pará já não eram mais uma fronteira de terras devolutas disponíveis, pelo contrário, não havia terras “desocupadas” para todos que ali chegavam atraídos pelas políticas de desenvolvimento do Governo Federal para a Amazônia. O referido autor destaca que dados do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) indicaram que em 1980, havia nas regiões referenciadas acima, 59 projetos agropecuários incentivados pela Superintendência da Amazônia (SUDAM), ocupando 4,5 milhões de hectares de terras, o que contribuiu para acirrar os conflitos e violência pela posse terra.

Nessa perspectiva, o artigo tem como objetivo compreender em que medida a atuação parcial de articuladores sociais, vinculados à Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF), incidem em práticas contra-hegemônicas e de presença da mídia radical alternativa, como plataforma de intercâmbio com os públicos, como propostas de ação e movimento na localidade.

Como marco teórico entende-se a importância em resgatar as histórias voltadas à cidadania silenciadas pelo próprio processo histórico da região, o qual tem promovido a lógica da produção capitalista em detrimento das vozes testemunhais e subalternizadas. Para isso os autores desse artigo se baseiam em Rodrigo Dantas (2008), John Downing (2002), Raquel Paiva (2008) e Eduardo Coutinho (2008). Além da entrevista com o sindicalista José Soares Brito (2019). Os procedimentos metodológicos utilizados foram a pesquisa bibliográfica (STUMPF, 2006) e a entrevista semiaberta (DUARTE, 2015).

2. Estratégia metodológica

2.1 Pesquisa bibliográfica

Para subsidiar às reflexões foi realizada a pesquisa bibliográfica (STUMPF, 2006) em livros, artigos e meios de publicação digitais.

A pesquisa bibliográfica como método auxilia o processo integral da pesquisa, colabora na formação de leituras sobre o tema estudado, por ter caráter investigativo e bibliográfico. Contudo se conceitua como:

[...] um conjunto de procedimentos que visa identificar informações bibliográficas, selecionar os documentos pertinentes ao tema estudado e proceder à respectiva anotação ou fichamento das referências e dos dados dos documentos para que sejam posteriormente utilizados na redação de um trabalho acadêmico (STUMPF, 2006, p. 51).

Como método de pesquisa, a bibliográfica padroniza procedimentos para facilitar a realização dos estudos científicos. Primeiramente, inicia-se pela identificação do tema e assuntos que o cercam, para melhor delimitar a busca por leituras e complementos histórico-teóricos. Para tal identificação, costuma-se selecionar fontes de pesquisa, como bibliografia especializada, índices com resumo, portais, resumos de teses e dissertações, catálogos de bibliotecas e catálogo de editoras, e-books e outros artigos científicos (STUMPF, 2006, p. 56-58).

Depois de realizado a obtenção do material que foi definido como fontes de pesquisa, iniciou-se a leitura aprofundada e a transcrição dos dados. Essas transcrições ajudam os pesquisadores desse artigo a desenvolver a argumentação teórica, histórica e outras com maior justificativa e credibilidade intelectual.

2.2 Entrevista semiaberta

Para a produção deste artigo também foi utilizada a técnica de entrevista semiaberta (DUARTE, 2015) em razão da conversa com o sindicalista José Soares Brito constar de um roteiro prévio, e que também possibilitou a abertura biográfica do entrevistado assim como contexto histórico da sua função engajada com as correlações com a comunicação local.

“A lista de questões desse modelo tem origem no problema de pesquisa e busca tratar da amplitude do tema, apresentando cada pergunta da forma mais aberta possível. Ela conjuga a flexibilidade da questão não estruturada com o roteiro de controle” (DUARTE, 2015, p. 66). As questões mais abertas focaram na atuação de Brito nas mobilizações contemporâneas e biografia/história da fonte.

A estratégia metodológica se concentrou na entrevista dialogal, com roteiro prévio e ao mesmo tempo com questões abertas, se aproximando do entrevistado de forma em que a postura do entrevistador revelasse a importância do resgate, vivência e experiência do entrevistado para a memória local do movimento social e ativismo político.

A entrevista foi realizada por telefone, em Rondon do Pará, sudeste paraense, dado que a liderança camponesa, mesmo residindo na mesma cidade, mantém deslocamento constante em visitas aos acampamentos e assentamentos da região da BR 222. A duração da entrevista foi de aproximadamente 35 minutos, sem gravação, sendo que as informações foram registradas durante o diálogo. Isso foi possível pela relação que existe entre os entrevistados e o entrevistador, em função da realização de outros trabalhos juntos, como o projeto de extensão sobre as dinâmicas territoriais da BR 222, realizado em 2017, no Instituto de Ciências Sociais (ICSA), UNIFESSPA.

3. O lugar da contra-hegemonia

No contexto atual verificamos uma pluralidade de reivindicações sociais, ora pelo meio ambiente, ora pela intolerância, ora pela democracia entre tantas variações oportunas. Entretanto, vê-se menos o posicionamento contra a indústria do capital financeiro nessas polifonias, pelo menos claramente. Na exploração dessa ideia, em “Comunicação e contra-hegemonia”, Coutinho (2008) apresenta uma metáfora com o “túi” de Bertolt Brecht, como aquele que é o “arrendador do intelecto”, para demonstrar como os novos “tuís” se conformam na sociedade. Para Coutinho cabe aos “tuís”, em termos gramscianos, tornar orgânica a visão de mundo dominante, formular o pensamento hegemônico, criar e expressar a ideologia de mercado. Coutinho diz que o pensamento dos “tuís” pode assumir as formas mais diversas. Cita os funcionalistas, os tecnófilos, os teóricos, como Wolton, o qual faz um elogio irrestrito da televisão comercial como instrumento de democratização.

Por outro lado, há também críticas aos demais pensadores e teóricos da comunicação, críticos, a sua vez, mas incapazes de apontar contratendências à hegemonia do grande capital e aos fenômenos de reificação. Para tanto, segundo ele tais pensadores são motivados pelo ceticismo relacionado à possibilidade de superação do capitalismo – por seu caráter elitista; por sua adesão implícita às várias formas de ideologia do mercado. Coutinho afirma que nessa seara estão os pensadores pós-modernos, aqueles que questionam as noções clássicas de sujeito, verdade, objetividade e totalidade. E no plano político questionam as noções de classe, ideologia, produção material e história, desconsiderando as contradições sociais em nome da pluralidade e da diferença, abandonando projetos de transformação social. Coutinho faz tal crítica em

relação aos novos “tuis”, que segundo ele, podem ser contra qualquer tipo de opressão, menos contra a opressão do capital.

Em contrapartida, há, no entanto, pensadores que sem perder de vista as relações materiais dominantes, desenvolvem uma reflexão crítica sobre o papel da comunicação na cultura tecnocapitalista. Para o autor, entre esses pensadores, há os que, inspirados em Gramsci, “[...] compreendem a cultura como instância da luta política, e os meios de comunicação, como instrumentos de hegemonia por meio dos quais uma classe ou fração de classe impõe sua liderança intelectual e moral sobre o conjunto da sociedade” (COUTINHO, 2008, p. 8).

Para Coutinho (2008, p. 9) essa perspectiva abre a possibilidade de grupos subalternos construírem uma visão de mundo capaz de resistir e se contrapor às ideias dominantes, “[...] a essa resistência político-cultural é o que Gramsci chamaria de contra-hegemonia”. Embora Gramsci nunca tenha utilizado o termo contra-hegemonia para categorizar as investidas de contestação das estruturas ideológicas dominantes, existe a crescente apropriação do termo por parte dos pesquisadores, intelectuais e ativistas no intuito de proliferar o conhecimento e a disseminação desse tipo de mídia para colaborar gerando alternativas no debate público.

Raquel Paiva, em “Contra-Mídia-Hegemônica”, questiona para além da dicionarização conceitual o significado de contra-hegemonia e quais as consequências de uma postura adotada com base nela na atualidade. Para tanto, é necessário reconhecer o significado de hegemonia. Segundo Paiva (2008, p. 164), a hegemonia a partir de Gramsci é “uma forma de poder caracterizada por uma postura totalizante, generalizada, mas que se dá com o consentimento e aceitação dos demais. É, assim, uma configuração particular de dominação ideológica”.

Paiva preocupa-se em situar a reivindicação contra-hegemônica como espaços de mobilização radicais, de não desejarem ocupar o lugar do “sujeito hegemônico”, pelo fato de orientar-se de modo contrário e oposto à ideia de hegemonia. “É uma contraposição que pode vir acompanhada de uma reflexão contundente sobre o *status quo*, e que, necessariamente, vem harmonizada com o desejo de recusa da situação dominante” (PAIVA, 2008, p. 165).

Outro teórico importante no tema é Rodrigo Dantas, para o pesquisador

Na história da luta de classes, a hegemonia de uma classe depende, essencialmente, do modo como seu domínio sobre a produção material e sobre o conjunto das forças produtivas e destrutivas se desenvolve

como domínio sobre a produção e a circulação de ideias, sobre a formação da consciência socialmente determinada e, conseqüentemente, sobre o conjunto de organizações e instituições da sociedade civil e sobre o poder político do Estado. Sem isso, o domínio de uma classe social sobre os meios de produção material da vida teria de se afirmar permanentemente pela coerção e pela violência; não caberia, neste caso, falar em hegemonia, mas em dominação direta, exercida permanentemente pelos meios mais brutais (DANTAS, 2008, p. 92-93).

Ao avançar, Dantas aponta a superação das formas sistemáticas dos grupos, coletivos e movimentos se organizarem no espaço público, prospectando uma nova proposta dialógica, a qual permita entenderem-se nessas relações, a partir da organização de trabalhos estrategicamente situados, respeitados e socializados (DANTAS, 2008, p. 112-3). Para Dantas, é isso que está em jogo.

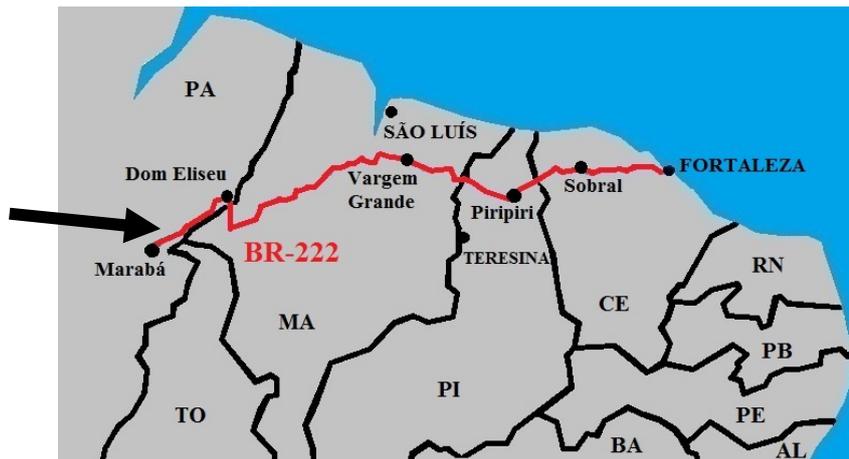
4. Resultados e discussão

Realizando a ponte entre o situar a “contra-hegemonia” do local de fala, da região sudeste do Pará, os autores desse artigo resgatam o papel socioeconômico da atuação de grupos silenciados pela história, a socialização de sujeitos ativos ora em sindicatos e/ou movimentos, ora articuladores políticos autônomos.

A emergência dos agricultores familiares como personagens políticos é recente na história brasileira e na Amazônia. Como assinala Picolotto (2015), nas duas últimas décadas, vem ocorrendo um processo de construção da categoria agricultura familiar, enquanto paradigma de agricultura e como identidade política de grupos de agricultores. Foram criadas políticas públicas específicas de estímulo aos agricultores familiares (como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, em 1995), secretarias de governo, orientadas para trabalhar com a categoria (como a Secretaria da Agricultura Familiar, criada em 2003, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário, criado em 1998). Promulgou-se a Lei da Agricultura Familiar (Lei n. 11.326, de 24 de julho, de 2006) que reconheceu oficialmente a agricultura familiar como profissão no mundo do trabalho e foram criadas novas organizações de representação sindical com vistas a disputar e consolidar a identidade política de agricultor familiar (como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar – FETRAF, criada em 2001).

Na região da BR 222, no território que envolve cinco municípios (Dom Eliseu, Rondon do Pará, Abel Figueiredo, Bom Jesus do Tocantins e Marabá) a FETRAF, sob a direção do sindicalista José de Soares de Brito, surge em 2009, depois de divergências com a direção do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR).

Figura 1 - Região BR 222 no Pará



Fonte: Setran/PA. Disponível em: <http://setran.pa.gov.br/site/>

A região da BR 222 é marcada por graves conflitos pela posse da terra que ao longo da histórica recente (últimos 30 anos) ceifou a vida de dezenas de trabalhadores e trabalhadoras rurais. Nesse período, houve muita resistência e luta. Milhares de hectares de terras foram ocupados e acomodaram centenas de trabalhadores e trabalhadoras em assentamentos da agricultura familiar, principalmente, migrantes nordestinos do Maranhão e de outros estados.

Nesse contexto, a atuação do STTR, apoiado por outros movimentos sociais, sindicais, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e pastorais da Igreja Católica, com destaque para a Comissão Pastoral da Terra (CPT) foi fundamental para a mudança nas condições de vida das famílias migrantes sem-terra, concentradas na região. O sindicalista, José Dutra da Costa, assassinado em Rondon do Pará, há dezenove anos, é registro de um sindicalista de luta e resistência. José Soares de Brito também faz parte dessa história, mesmo atuando hoje em outra organização sindical.

Em entrevista com o sindicalista José Soares Brito (2019), ele falou da importância da comunicação como processo de dialogia. “No processo da luta pela terra na região da BR 222 não dispomos de mídias para fortalecer a nossa organização, mas

nosso instrumento principal de comunicação são as rodas de conversas, os eventos sindicais, a música e a poesia dos povos da terra. Nesses espaços dialogamos e refletimos sobre a nossa vida e a nossa organização”.

De acordo com o sindicalista “desfazer o que a mídia noticia sobre os sem-terra e o movimento sindical, tachando-os de preguiçosos e baderneiros não é fácil”. De acordo com Brito o sindicato organiza eventos, distribui jornais e revistas que defendem a luta e a organização, como os relatórios e revistas da CPT, da CUT e de outros movimentos sociais e sindicais. “Precisamos resistir aos meios que buscam destruir a nossa luta”, conclui o sindicalista.

Nos últimos anos a internet e as redes sociais digitais têm ajudado o movimento sindical a manter informados os trabalhadores e trabalhadoras. Quando realizamos eventos de formação e mobilização social utilizamos principalmente o WhatsApp para a difusão rápida de informações e conteúdos. Conforme Brito “[...] não é fácil combater as fake news e as notícias que são contra a luta por terra, a reforma agrária. Existem muitos interesses e as rádios da região da BR 222 são contra a nossa organização”.

Essa mobilização contra-hegemônica está circunscrita no conceito de mídia radical. Como alternativa aos processos tradicionais de mídia, a mídia radical, pode permitir que as pessoas engajadas em movimentos sociais comuniquem discernimentos umas às outras. Para Downing (2002, p. 69) “[...] o potencial da mídia de comunicação lateral faz parte da sua tecnologia, ainda que a estrutura hierárquica dos partidos e sindicatos esteja predefinida há tanto tempo que, muitas vezes, ela só pôde operar lateralmente no mundo ideal, não no mundo real”.

Para tanto, o termo cultura popular concentra-se na matriz da mídia radical alternativa, que é relativamente independente da pauta dos poderes constituídos e, que por vezes, se opõem a um ou mais elementos dessa pauta. Além disso, o termo parte do entendimento de que esse tipo de mídia é parte da cultura popular e da malha social em sua totalidade, desse modo, não se encontra isolada, de modo ordeiro, conforme aponta Downing (2002, p. 39), em um território político e radical.

É ingenuidade supor que a cultura ou a comunicação são coisas tão inerentemente democráticas, ainda que sua construção seja, com certeza, mais emergente do que prescientemente organizada. Na comunicação e na cultura, os processos e diferenciais do poder estão por toda parte (DOWNING, 2002, p. 42).

O autor da tese de mídia radical, Downing (2002, p. 44), vai além, ele busca esclarecer a relação entre poder e cultura, principalmente, a atuação da mídia radical alternativa nesse contexto, para tanto, se apropria de conceitos do anarquismo socialista e feminista de Gramsci. Ao refletir acerca da investigação de Gramsci sobre a hegemonia cultural capitalista e a contra-hegemonia popular, Downing questiona onde se encaixa a mídia radical.

Gramsci, contudo, sempre se esforçou para enfatizar que a) a hegemonia nunca é um cadáver congelado, sendo constantemente negociada pelas classes sociais superiores e subordinadas, b) a hegemonia cultural capitalista é instável e sujeita a graves crises intermitentes, ainda que, ao mesmo tempo, c) possa desfrutar longos períodos de uma normalidade raramente questionada (DOWNING, 2002, p. 50).

Para Raquel Paiva, há a contra-hegemonia de movimentos sociais frente aos processos de comunicação tradicionais. “O papel fundamental de uma movimentação contra-hegemônica é o de fazer pensar, o de propiciar novas formas de reflexão, com o objetivo precípua e final de libertar as consciências” (2008, p. 165). Contudo, verificou-se a complementação da ideia de contra-hegemonia em Raquel Paiva, e da inversão de eixos da mídia radical de John Downing (2002), de forma a pluralizar a atuação do protagonismo de movimentos sociais e coletivos, na difícil contraposição de estereótipos consolidados pelo imperialismo cultural do tecnocapitalismo (COUTINHO, 2008).

Movimento Social é ação coletiva (SILVA, 2018, p. 84), força mobilizadora que agita pessoas, discursos, instituições, dispositivos e conforma identidades e singularidades. Para Maria da Glória Gohn (2012, p.14) um Movimento Social “[...] é sempre expressão de uma ação coletiva e decorre de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural”, ou seja, ele se configura a partir de um conflito social e de uma ação coletiva. Em outras palavras, é a opressão de um grupo sobre outro que pode se manifestar em termos políticos, econômicos, ideológicos etc. Quando um grupo possui objetivos comuns a serem alcançados e passam a desenvolver ações conjuntas para a realização desses objetivos, podem se transformar em Movimentos Sociais que surgem para tentar modificar a realidade concreta, seja negando a atual ou reconfigurando sistemas culturais e simbólicos estabelecidos socialmente.

O espaço de luta dos Movimentos Sociais brasileiros é a própria sociedade civil (PERUZZO, 2004) marcado por um histórico de injustiças, pela insatisfação no campo

econômico, político e social. Em um contexto caracterizado desde o embate político à construção da cidadania, os Movimentos Sociais brasileiros, independentemente de suas categorias conceituais e filiações, como já mencionamos, se movem e se comunicam. Gohn (2012, p.14) faz um resumo conceitual sobre os traços constituintes de um Movimento Social e aponta os seguintes aspectos:

- a) demandas que configuram sua identidade.
- b) adversários e aliados, bases, lideranças e assessorias, formando redes de mobilizações.
- c) práticas comunicativas, desde a oralidade aos modernos recursos tecnológicos.
- d) visões de mundo que dão suporte a suas demandas e culturas próprias nas formas como sustentam e encaminham suas reivindicações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os relatos indicados pelo sindicalista José Soares Brito compõem um conjunto de narrativas de variados atores sociais camponeses que atuam no sudeste do Pará. A tarefa de organizar e mobilizar os povos da terra, migrantes nordestinos subalternizados pela lógica do capital, desta feita, simbolizado pelo latifúndio e a grande propriedade rural, se traduz em uma ação contra-hegemônica.

A história de ocupação narradas por autores como Velho (1972); Hébette (2004) e Pereira (2015) demonstra como a saga camponesa na Amazônia se constrói na contra-mão do latifúndio improdutivo, da degradação ambiental, da rapina dos recursos naturais e dos grandes projetos que se hegemonzaram na Amazônia. A ocupação do território pelos despossuídos da terra, migrantes da fronteira amazônica, construindo assentamentos rurais, pressupõe mudanças nas condições de vida e nas relações de poder que impunha submissão, exploração e escravidão. Significa proteger à Amazônia da reprodução ampliada do capital, baseada no agronegócio e na produção de *commodities*, que produzem pobreza e desigualdades sociais.

A ação contra-hegemônica se inscreve nas lutas travadas pela posse da terra que é o núcleo central de reprodução social dos camponeses. Portanto, construir narrativas que desmonte a lógica do projeto dominante do latifúndio improdutivo e da produção baseada na monocultura se faz no cotidiano das lutas e da resistência camponesa em ambientes de dialogia e colaboração.

O presente artigo reflete parte de uma história que envolve milhares de sujeitos sociais, lideranças camponesas e variados movimentos sociais do campo. O sindicalista que nos ofereceu as breves narrativas sobre esse processo representa um ator importante nos enfrentamentos contra-hegemônicos travados na região da BR 222, no sudeste do Pará. Tal recorte abre novas questões e campos de análise que podem corroborar para outros estudos.

Os estudos sobre o campesinato a partir do aporte teórico apresentado no referido trabalho ainda são incipientes, assim, podem abrir novas possibilidades de análise e interpretação. A mídia radical é uma ferramenta contra-hegemônica que propõe mudanças expressivas de transformação social, por meio de processos de luta e organização de atores sociais subalternizados e inferiorizados pelo capital.

Referências

BRITO, José Soares. Entrevista concedida para os autores, na produção do presente artigo. **Arquivo documental**. Jun. de 2019.

COSTA, Francisco de Assis. Questão **agrária e macropolíticas para a Amazônia**. Estudos Avançados 19 (53), 2005.

COUTINHO, Eduardo G. **Comunicação e Contra-hegemonia: processos culturais e comunicacionais de contestação, pressão e resistência**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

DANTAS, Rodrigo. Ideologia, hegemonia e contra-hegemonia, in: COUTINHO, E. G. (Org.). **Comunicação e Contra-hegemonia: processos culturais e comunicacionais de contestação, pressão e resistência**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

DOWNING, John D. H. **Mídia Radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais**. São Paulo: Editora Senac, 2002.

DUARTE, Jorge. Entrevista em Profundidade, in: DUARTE, J.; Barros, A. (Orgs). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

GOHN, Maria da Glória. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. 4ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012. 166p.

EMMI, Marília. **A Oligarquia do Tocantins e o domínio dos Castanhais**. Belém: CFCH/NAEA/UFPA, 1987.

HÉBETTE, J. **Movimentos Sociais Contemporâneos no Campo Paraense. In: Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Vol. II. Hébette, J. Belém: EDUFPA, 2004 (197-2011).

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e Violência: a questão política no campo**. 3ª edição, São Paulo: Hucitec, 1991.

PAIVA, Raquel. Contra-mídia-hegemônica, in: COUTINHO, E. G (Org.). **Comunicação e Contra-hegemonia: processos culturais e comunicacionais de contestação, pressão e resistência**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

PEREIRA, Airton dos Reis. **Do Posseiro ao Sem Terra: a Luta pela Terra no Sudeste do Pará**. Recife: Editora da UFPE, 2015.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

PICOLLOTO, Everton Lazzaretti. Os Atores da Construção da Categoria Agricultura Familiar no Brasil. **RESR**, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. S063-S084, 2014 – Impressa em fevereiro de 2015.

SETRAN-PARÁ. **Dados Setran**. Disponível em: <http://setran.pa.gov.br/site/>. Acesso em 17 de jun. de 2019.

SILVA, Idelma Santiago da. **Migração e Cultura no Sudeste do Pará: Marabá (1968-1988)**. Dissertação de Mestrado. UFG, 2006.

SILVA, S. de A. (2018). **Comunicação, movimentos sociais e redes: por um projeto biopolítico e comunitário da multidão**. Tese (Doutorado em Comunicação Social) - Escola de Comunicação, Educação e Humanidades da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo.

STUMPF, Ida Regina. Pesquisa Bibliográfica, in: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. Orgs. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

VELHO, O. G. **Frentes de Expansão e Estrutura Agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1972.